

Casa da Criança Paralítica de Campinas

Rua Pedro Domingos Vitale, 160 – Parque Itália - CEP: 13.036-180 – Campinas – SP

CNPJ: 46.042.370/0001-92 - Inscrição Municipal: 37769-4

Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro 2017 e 2016

VYM3205

Em reais

Ativo	Nota	2017	2016
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.975.556	1.930.516
Contas a receber	4	32.874	61.366
Adiantamentos	5	33.735	57.514
Despesas Antecipadas	6	7.248	8.233
Outras contas a receber	7	8.820	9.891
		2.058.232	2.067.519
Ativo não circulante			
Depósitos judiciais	8	202.333	219.726
Imobilizado	9	13.061.059	13.346.494
Intangível	9	5.822	7.468
		13.269.213	13.573.688
Total do ativo		15.327.445	15.641.207
Passivo	Nota	2017	2016
Passivo circulante			
Fornecedores	10	29.376	64.868
Recursos de Projetos em Execução	11	141.366	53.706
Tributos a pagar	12	9.847	15.852
Obrigações sociais e trabalhistas	13	418.616	442.232
Outros valores a pagar	14	2.986	166.155
Total do passivo circulante		602.192	742.814
Passivo não circulante			
Outros valores a pagar	14	205.322	253.250
Total do passivo não circulante		205.322	253.250
Patrimônio Líquido			
Patrimônio Social	19	3.112.784	3.707.830
Superávit ou Déficit do Período		(151.971)	(621.806)
Ajustes de avaliação patrimonial		11.559.119	11.559.119
Total do Patrimônio Líquido		14.519.932	14.645.144
Total do passivo e patrimônio líquido		15.327.445	15.641.207
	Nota	2017	2016

RECEITAS OPERACIONAIS		3.485.084	3.419.423
Com Restrição	15	1.758.169	2.002.701
Atividades de Educação		268.276	473.926
Atividades de Saúde		719.792	528.651
Atividades de Assistência Social		249.253	202.795
Nota Fiscal Paulista		498.796	772.966
Trabalho Voluntário		22.052	24.362
Sem Restrição	16	1.726.915	1.416.722
Contribuições e Doações Voluntárias		584.105	195.616
Ganhos na Venda de Bens		13.380	21.819
Parcerias de Aluguel		342	10.200
Outros Recursos Recebidos		1.129.088	1.189.086
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	17	(3.751.451)	(4.248.793)
Com Atividades			
Educação		(749.791)	(843.128)
Saúde		(2.401.328)	(2.699.924)
Assistência Social		(600.333)	(705.742)
DÉFICIT ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(266.367)	(829.370)
RESULTADO FINANCEIRO	18	114.396	207.564
Receitas Financeiras		155.282	243.046
Despesas Financeiras		(40.886)	(35.482)
DÉFICIT DO PERÍODO		(151.971)	(621.806)

Em 1º de janeiro de 2016

Déficit do Período

Ajustes de exercícios anteriores

Incorporação déficit do período

Em 31 de dezembro de 2016

Déficit do Período

Ajustes de exercícios anteriores

Incorporação de déficit do período

Em 31 de dezembro de 2017

Patrimônio Social	Ajustes de avaliação patrimonial	Superávit ou Déficit do Período	Total do Patrimônio Líquido
3.610.384	11.559.119	214.914	15.384.417
-	-	(621.806)	(621.806)
(117.466)	-	-	(117.466)
214.914	-	(214.914)	-
3.707.833	11.559.119	(621.806)	14.645.146
-	-	(151.971)	(151.971)
26.760	-	-	26.760
(621.806)	-	621.806	-
3.112.784	11.559.119	(151.971)	14.519.932

	2017	2016
Déficit do Exercício	(151.971)	(621.806)
Ajustes do déficit (líquido)		
Ajuste de Exercícios Anteriores - Caixa e Equivalentes	(6.723)	(459)
Ajuste de Exercícios Anteriores - Demais Contas	33.483	2.238
Provisão para Contingências	60.000	
Depreciação e amortização	364.276	306.455
Resultado na alienação de imobilizado	(2.478)	71.100
Superávit / Déficit ajustado	296.587	(242.473)
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	28.492	(61.351)
Adiantamentos	23.779	(12.776)
Despesas Antecipadas	985	4.392
Outras contas a receber	1.071	450.104
Depósitos judiciais	17.393	(23.001)
Fornecedores	(35.492)	48.236
Recursos de Projetos em Execução	87.660	(77.789)
Tributos a pagar	(6.006)	131.815
Obrigações sociais e trabalhistas	(83.616)	(58.495)
Outros valores a pagar	(211.097)	(315.877)
Caixa líquido aplicado/gerado pelas atividades operacionais	119.757	(157.216)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Compra de ativo imobilizado	(88.097)	(114.693)
Recursos Recebidos pela Venda de Bens	13.380	21.819
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(74.717)	(92.874)
Aumento /redução de caixa e equivalentes de caixa	45.040	(250.090)
Caixa e equiv. De caixa no início do período	1.930.516	2.180.606
Caixa e equiv. De caixa no fim do período	1.975.556	1.930.516
Variação no caixa e equivalente de caixa	45.040	(250.090)

NOTAS EXPLICATIVAS

Contexto Operacional

A Casa da Criança Parálitica de Campinas é uma entidade filantrópica, cuja finalidade é o atendimento de crianças portadoras de deficiência física.

Sob a orientação de um diretor clínico, a Casa da Criança presta serviços médicos de fisioterapia, de neurologia, de ortopedia - clínica e cirúrgica, de odontologia - ortodontia e clínica geral, de serviço social, de psicologia, de fisioterapia, de fonoaudiologia e de terapia ocupacional.

De acordo com seu estatuto, a Casa da Criança obriga-se a aplicar suas receitas única e exclusivamente na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais. Ainda de acordo com seu estatuto associativo, os membros de sua diretoria e de seu conselho fiscal não recebem nenhuma espécie de remuneração.

A prestação de serviços ao seu público alvo é totalmente gratuita, vedada qualquer discriminação de usuário. Além do atendimento clínico, a Casa da Criança mantém atividade de estimulação e apoio pedagógico. Adicionalmente são prestados serviços de estimulação no setor de informática.

1. Principais Diretrizes Contábeis

Na preparação de suas demonstrações financeiras, a entidade adotou o pronunciamento técnico CPC-PME emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC - aplicáveis às pequenas e médias empresas, o qual, juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira, são denominados práticas contábeis adotadas no Brasil, juntamente com a ITG 2002, aprovada pela Resolução nº 1.409 de 27 de setembro de 2012 e pela Lei 12.101 de 27 de novembro de 2009 relativa às entidades sem fins lucrativos.

a) Ativo Circulante

Apresentado pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos ou, no caso de despesas de períodos seguintes, ao valor de custo.

b) Ativo Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição ou formação. A depreciação é calculada conforme laudo interno utilizando a vida útil estimada dos bens.

c) Passivo Circulante e Não Circulante

A entidade possui registrado em seu passivo circulante e não circulante, as obrigações com terceiros que envolvem o objeto social da entidade, dentre os quais destacamos fornecedores, obrigações fiscais, obrigações trabalhistas e verbas ainda não aplicadas de Convênios Recebidos.

d) Patrimônio Líquido

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, modificados, pelo resultado auferido no exercício social.

2. Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa abrange numerário em espécie e contas bancárias disponíveis.

Equivalentes de Caixa são investimentos de curto prazo, com vencimentos originais de noventa dias ou menos, constituídos de títulos de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor, sendo demonstrados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento dos balanços apresentados e não superam o valor de mercado.

Descrição	2017	2016
<i>Sem Restrição</i>		
Caixa - Cheques Devolvidos	575	2.461
Bancos c/ Movimento	1.360	29.509
Aplicações Financeiras	1.835.440	1.857.647
<i>Com Restrição</i>		
Bancos c/ Movimento	18.686	9.881
Aplicações Financeiras	119.495	31.018
Total	1.975.556	1.930.516

3. Contas a Receber

A entidade recebeu, por meio de testamento, um imóvel avaliado em R\$ 150.000,00 em 2016. Por opção do Conselho Fiscal, procedeu-se com a venda deste mediante entrada de R\$ 120.000,00 + 15 parcelas mensais no valor de R\$ 2.000,00, as quais representam - em 2017 - 14% dos saldos a receber pela entidade. Adicionalmente, a rubrica apresenta valores relacionados a associados, procedimentos e doações periódicas através da emissão de boletos bancários, conforme abaixo. A entidade passou a reconhecer na conta de provisão para créditos de liquidação duvidosa os valores relativos a títulos não recebidos e com vencimento igual ou anterior a 2016.

Descrição	2017	2016
Valores a receber	44.106	61.366
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(11.233)	-
Total	32.874	61.366

4. Adiantamentos

Compostos conforme quadro abaixo:

Descrição	2017	2016
Adiantamento de Férias	33.735	48.514
Adiantamentos a Fornecedores	-	9.000
Total	33.735	57.514

5. Despesas Antecipadas

A rubrica compreende os saldos pagos a título de apólice de seguros, porém ainda não reconhecidos no resultado operacional em respeito às normas contábeis.

Descrição	2017	2016
Seguros a Apropriar	7.248	8.233
Total	7.248	8.233

6. Outras Contas a Receber

Encontram-se aqui classificados os pagamentos indevidos, não identificados e/ou em duplicidade até que seja possível a adequação contábil, mediante reconhecimento dos

valores pendentes, ou a compensação/restituição dos valores indevidamente pagos, conforme abaixo detalhado.

Descrição	2017	2016
Valores Pendentes	85	6.251
Recolhimentos Indevidos	2.219	-
Pagamentos em Duplicidade	4.010	-
IRRF a Compensar / Restituir	2.506	3.640
Total	8.820	9.891

7. Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais são compostos pela ação referente à inconstitucionalidade da cobrança do PIS sobre folha de pagamento, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	2017	2016
Processos fiscais	202.333	219.726
Total	202.333	219.726

8. Ativo Imobilizado e Bens Intangíveis

O ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2017 é composto conforme segue:

Descrição	Terrenos	Edifícios e Construções	Móveis e Utensílios	Máquinas e Equipamentos	Instalações	Equipamentos de Informática	Veículos	Direitos de Uso e Softwares	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	7.113.418	5.670.744	357.647	129.367	129.593	96.393	133.803	7.679	13.638.644
Aquisições	1.084	-	47.387	61.595	-	3.242	-	1.386	114.693
Baixas	-	-	(2.472)	(16.228)	-	(670)	(73.549)	-	(92.919)
Depreciações	-	(236.256)	(38.875)	(17.795)	(14.811)	(22.233)	25.112	(1.597)	(306.455)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	7.114.502	5.434.488	363.687	156.939	114.782	76.732	85.366	7.468	13.353.962
Aquisições	-	40.744	-	5.463	-	3.280	38.610	-	88.097
Baixas	-	-	(2.089)	-	-	(752)	(8.120)	-	(10.961)
Transferências / Ajustes Contábeis	(14.502)	-	(17.442)	22.000	-	202	9.800	-	58
Depreciações	-	(236.392)	(40.722)	(19.876)	(14.811)	(22.534)	(28.295)	(1.647)	(364.276)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	7.100.000	5.238.839	303.433	164.526	99.971	56.929	97.362	5.822	13.066.881

9. Fornecedores

O grupo de fornecedores está constituído de dívidas contraídas pela entidade, para fornecimento de materiais, com o objetivo de manter e subsidiar as atividades realizadas pela Casa da Criança Parálítica.

Descrição	2017	2016
Fornecedores Diversos	29.376	56.966
Ezequiel Miqueias Marques	-	7.902
Total	29.376	64.868

10. Recursos de Projetos em Execução

A entidade possui convênio com restrições para uso, sendo necessário apresentar a prestação de contas de cada um dos convênios. A entidade está registrando a receita proveniente destes convênios conforme determina a Resolução nº 1.409 de 27 de setembro de 2012, assim os saldos apresentados abaixo representam recursos recebidos, porém ainda não aplicados nos projetos. A entidade realiza ainda o papel de intermediadora do repasse dos recursos da Liliane Founds para as entidades que a Fundação designar ajuda. Os recebimentos são lançados, contabilmente em conta específica no passivo circulante, sendo parte repassada para as entidades, conforme convênio firmado, e parte transferida para a CCP, a título de repasse (conta 7500).

Descrição	Saldo em 31/12/2016	Repasse de Recursos	Rendimentos de Aplicação	Aplicações de Recursos	Devolução de Recursos	Saldo em 31/12/2017
FEAC	8.316	165.377	-	155.128	-	18.564
SMCTAIS-CO Financiamento	4.344	125.010	76	129.261	-	169
Secretaria Municipal da Educação	5.326	325.824	2.524	270.540	-	63.134
PMC/FMDCA/1% E 6% IR	416	169.722	137	120.595	-	49.679
Secretaria Estadual de Saúde	58	-	-	-	58	(0)
S.U.S. Municipal	12.419	487.860	687	491.996	-	8.970
FUNDAFRESP	7.605	-	-	7.605	-	(0)
Liliane Founds	15.223	408.526	5.642	428.541	-	850
Total	53.706	1.682.318	9.065	1.603.666	58	141.366

11. Obrigações Fiscais

Os saldos encontram-se dispostos da seguinte maneira:

Descrição	2017	2016
IR Folha a Recolher	9.769	15.835
IR Retido a Recolher	15	-

CSRF a Recolher	61	15
ISSQN a Recolher	3	2
Total	9.847	15.852

12. Obrigações Sociais e Trabalhistas

Os saldos encontram-se dispostos da seguinte maneira:

Descrição	2017	2016
Salários a Pagar	111.479	138.361
INSS a Pagar	16.461	16.991
FGTS a Recolher	19.032	23.312
Provisão de Férias	208.604	234.149
Provisão para Rescisões	3.000	29.419
Contribuição Sindical a Recolher	40	-
Provisão para Contingências Trabalhistas	60.000	-
Total	418.616	442.232

13. Outros Valores a Pagar

Os saldos aqui representados fazem referência a débitos indiretos e demais passivos inerentes ao funcionamento da entidade, dispostos da seguinte maneira:

Descrição	2017	2016
<i>Circulante</i>		
Mensalidade Sindical a Pagar	11	11
Pensão Alimentícia a Pagar	-	539
Valores Pendentes	91	5.160
Convênio Supermercado	-	19
Convenio Médico	2.884	-
Convênios Diversos	-	679
Imóvel Proveniente de Doações	-	5.855
Valores Pendentes - Ativo Imobilizado	-	120.000
Convênio Farmácia	-	33.912
<i>Não Circulante</i>		
PIS s/ Folha a Recolher	205.322	223.231
Imóveis a Regularizar	-	30.000
Total	208.308	419.405

14. Receitas com Restrição

As receitas da entidade estão segregadas conforme abaixo, em atendimento aos requisitos da Resolução CFC 1.409/2012:

Descrição	2017	2016
Atividades de Educação		
Convênio Secretaria Munic. Educação	268.276 ✓	473.926
Atividades de Saúde		
Convênio S.U.S. Municipal	484.581 ✓	249.570
Convênio FEAC	155.128 ✓	131.552
Convênio FUNDAFRESP	7.605 ✓	32.395
Convênio Liliane Founds	72.478 ✓	115.135
Atividades de Assistência Social		
Convênio PMC / FMDCA e IR	120.175 ✓	94.645
Convênio SMCTAIS / Co-Financiamento	129.079 ✓	108.151
Trabalho Voluntário		
Área Técnica	19.054	19.678
Área Pedagógica	1.174	2.074
Área de Promoção Social	1.824	2.611
Outros Recursos Recebidos		
Crédito NF Paulista	498.796 ✓	772.966
Total	1.758.169	2.002.701

15. Receitas sem Restrição

As receitas da entidade estão segregadas conforme abaixo, em atendimento aos requisitos da Resolução CFC 1.409/2012:

Descrição	2017	2016
Contribuições e Doações Voluntárias		
Contribuições de Associados	115.013 ✓	89.560
Doações - Pena Judicial	142.955 ✓	3.671
Doações Voluntárias	326.137 ✓	102.385
Ganhos na Venda de Bens		
Venda de Imobilizado	13.380 ✓	21.819
Outros Recursos Recebidos		
Eventos e Festas	167.322 ✓	181.355
Campanha de TV	12.375 ✓	9.346
Aluguel e Locações	342 ✓	10.200
Receita c/ Telemarketing	654.870 ✓	714.621
Receita c/ Promoção Social	240.286 ✓	190.502
Receita c/ Recicláveis	1.322 ✓	1.539
Receita c/ Refeições	3.180 ✓	5.201
Receitas Eventuais	31.406 ✓	12.481
Outras Receitas	18.326 ✓	74.041
Total	1.726.915	1.416.722

16. Custos e Despesas Gerais

Para os exercícios de 2017 e 2016, os Custos Gerais da entidade foram segregados de modo a rateá-los entre os departamentos considerando um percentual per-capta. Os custos, assim como as despesas indiretas e administrativas, portanto, encontram-se absorvidos em sua totalidade conforme % estabelecido com base natureza dos serviços prestados.

Descrição	2017	2016
Despesas com Pessoal	2.542.550	2.973.458
Salários e Férias	2.272.110	2.684.120
Encargos Sociais	208.962	238.224
Benefícios	61.478	51.114
Outras Despesas	1.208.901	1.275.336
Serviços Contratados	125.009	127.595
Eventos e Festas	67.087	111.534
Depreciações	364.128	366.333
Provisão para Contingências	271.213	47.458
Suprimentos Gerais	60.238	108.391
Comunicação e Promoção Social	60.178	57.404
Despesas com Cozinha	51.530	130.585
Água, Esgoto e Energia	49.667	50.749
Material de Uso e Consumo	25.474	7.540
Outros Custos / Despesas	134.378	267.747
Total	3.751.451	4.248.793

17. Resultado Financeiro

As receitas e despesas financeiras encontram-se segregadas da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Receitas Financeiras	155.282	243.046
Rendimentos de Aplicação	148.541	237.599
Outras receitas financeiras	6.741	5.447
Despesas Financeiras	(40.886)	(35.482)
Despesas Bancárias	(39.983)	(33.636)
Outras despesas financeiras	(903)	(1.846)
Resultado Líquido	114.396	207.564

18. Patrimônio Social

O Patrimônio Social é composto dos bens de Constituição da entidade e, ano a ano, os Déficits ou Superávits apurados no resultado também são acrescidos ao Patrimônio Social.

19. Aplicação de Recursos

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

20. Dirigentes e Conselheiros

Os diretores e conselheiros não percebem remuneração, vantagens ou benefícios de qualquer forma ou título como retribuição aos serviços prestados.

21. Gratuidade

Os atendimentos realizados pela Casa da Criança Paralitica de Campinas são totalmente gratuitos, e, conforme requisitos estabelecidos pela Lei 12.101/2009 que dispõe sobre a Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS), a entidade mantém, de forma contínua e regular, a escrituração contábil de suas receitas e despesas, bem como, a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade.

A Entidade possui Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, nº 71000.120143/2014-99, cuja validade expira em 31/12/2019.

22. Isenção da quota Patronal da Previdência Social

A entidade mantém serviços e ações socioassistenciais, de forma gratuita, continuada e planejada em conformidade com o art. 18 da Lei nº 12.101/2009, que permite a Certificação como Entidade Beneficente de Assistência Social. Com isso, a entidade usufrui da isenção da quota patronal da previdência social, estimada em R\$ 543.747 para o ano de 2017 e R\$ 612.201 para o ano de 2016.

23. Cobertura de Seguros

Para atender as medidas preventivas, adotadas permanentemente, a entidade mantém seguro de seus veículos e imóveis, os quais a administração julga serem suficientes para a cobertura de eventuais sinistros que possam ocorrer.

Coberturas Individuais	Tipo Vigência de: Vigência até:	Empresarial 18/06/2017 18/06/2018	Veículo 03/07/2017 03/07/2018	Veículo 03/07/2017 03/07/2018	Veículo 03/07/2017 03/07/2018
Incêndio, Raio, Implosão, Explosão e Fumaça		1.100.000	-	-	-
Valor Interior Estabelecimento		3.000	-	-	-
Danos elétricos		80.000	-	-	-
Responsabilidade Civil Empregador		45.000	-	-	-
Vendaval/Queda de Aeronave		80.000	-	-	-
Roubo/Furto qualificado de bens		70.000	-	-	-
Quebra de Vidros e Espelhos		5.000	-	-	-
Colisão, incêndio e roubo 100% - FIPE		-	Sim	Sim	Sim
Danos materiais a Terceiros		-	80.000	100.000	80.000
Danos corporais a Terceiros		-	80.000	100.000	80.000
Carroceria		-	-	7.000	-
Equipamentos		-	-	-	-
Danos morais a Terceiros		-	-	5.000	-
Morte por Passageiro		-	7.000	-	7.000
Invalidez por Passageiro		-	7.000	-	7.000
Cobertura Total (R\$)		1.383.000	174.000	212.000	174.000

Jamil Khater Presidente RG: 5.322.251-9 (SSP-SP) CPF: 523.720.818-53	Valdir Marques Contador: CRC 1SP097639/O-6 CPF: 030.600.808-44 RG: 4.600.090-2 (SSP-SP)
---	--

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores

Casa da Criança Paralítica de Campinas

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Casa da Criança Paralítica de Campinas que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Casa da Criança Paralítica de Campinas em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas e a ITG 2002, aprovada pela Resolução nº 1.409/2012.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação aos eventos ou às circunstâncias que possam causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, dentre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Campinas, 20 de março de 2018

Atenciosamente,

Prof. Dr. Marcos Francisco Rodrigues Sousa

Contador CRC 1SP167515/O-0

Consulcamp Auditoria

CRC 2SP024818/O-5